



GLOBAL JOURNAL OF HUMAN-SOCIAL SCIENCE: D  
HISTORY, ARCHAEOLOGY & ANTHROPOLOGY  
Volume 23 Issue 2 Version 1.0 Year 2023  
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal  
Publisher: Global Journals  
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

## Brazil's Independence and Popular Participation

By Clara Thais Pereira de Andrade

*Universidade Federal Fluminense*

**Abstract-** This paper aims to approach the process of Brazil's independence, aiming to deconstruct the image that national independence was peaceful. In this sense, it seeks to emphasize the role of the wars in the independence, approaching the case of Bahia, paying attention to the popular participation, with emphasis on the role of women.

**Keywords:** *independence; wars; women; popular participation.*

**GJHSS-F Classification:** *DDC Code: 194 LCC Code: B2430.D484*



*Strictly as per the compliance and regulations of:*



© 2023. Clara Thais Pereira de Andrade. This research/review article is distributed under the terms of the Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0). You must give appropriate credit to authors and reference this article if parts of the article are reproduced in any manner. Applicable licensing terms are at <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.

# Brazil's Independence and Popular Participation

## A Independência do Brasil e a Participação Popular

Clara Thais Pereira de Andrade

**Resumo-** Este trabalho tem como objetivo abordar o processo de independência do Brasil, visando desconstruir a imagem de que a independência nacional foi pacífica. Nesse sentido, procura-se ressaltar o papel das guerras na independência abordando o caso da Bahia prestando atenção à participação popular, com destaque para a atuação feminina.

**Palavras chave:** independência; guerras; mulheres; participação popular.

**Abstract-** This paper aims to approach the process of Brazil's independence, aiming to deconstruct the image that national independence was peaceful. In this sense, it seeks to emphasize the role of the wars in the independence, approaching the case of Bahia, paying attention to the popular participation, with emphasis on the role of women.

**Keywords:** independence; wars; women; popular participation.

### I. BREVE ANÁLISE DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Inicialmente, para abordarmos o processo de independência do Brasil é necessário compreender a independência nacional como um processo realizado por homens e mulheres que sofreram os males e problemas de seu tempo, ou seja, a emancipação não foi um desfecho natural da história, não era um projeto, nem era inevitável, visto que a história não tem um destino pré concebido em determinada direção (PIMENTA, 2020; RIBEIRO, 1997, p.13; RIBEIRO, s.d., p.1-2). Conforme aponta Ribeiro, essa percepção evolutiva da história com a inevitabilidade do 7 de Setembro se faz centrada ou na perspectiva de grandes personagens históricos ou na chamada crise do sistema colonial, o que tem por consequência a não historicização da construção da identidade nacional e o apagamento da relevância da participação popular no processo (1997, p.14). Assim, realizaremos primeiramente um breve esforço para analisar um pouco da historiografia sobre a temática.

Nesse sentido, começaremos a análise com o recorte de meados do século XIX onde havia uma certa preocupação com a produção escrita de uma chamada "História nacional" a qual era baseada em métodos pseudo-científicos e de utilidade política e ideológica muito forte, criando-se assim, a visão de que a Independência foi positiva porque estava assentada na continuidade da dinastia de Bragança e na liderança de D.Pedro I (PIMENTA, 2009, p.61). Por exemplo, autores como João Armitage, Francisco Adolfo de Varnhagen,

*Author:* Graduanda em História na Universidade Federal Fluminense.  
*e-mail:* clarathais@id.uff.br

Manuel de Oliveira Lima e Tobias do Rêgo Monteiro concebiam a independência uma perspectiva de evolução, figuras como José Bonifácio, José Clemente Pereira, Gonçalves Ledo e D. Pedro estariam de certo modo predestinados a conduzirem a separação de Portugal, ou seja, tudo já estaria traçado de certo modo mesmo que na época isto não fosse tão claro para todos (RIBEIRO, 1997, p.15). Então, para esses autores o papel do povo era o de platéia, quer dizer, os populares poderiam agir reforçando os desejos e vontades das classes dominantes ou atuando como descontrolados, agindo irracionalmente através de explosões bárbaras violentas sendo às vezes manipulados também por opositores do governo (RIBEIRO, 1997, p.17). Isto, é de acordo com Ribeiro ao povo "não era dada autonomia de 'desejos' e 'vontades', muito menos de projetos". (1997, p.17)

Em seguida, analisaremos os estudos dos anos de 1930. Segundo Ribeiro, nesse período ainda persistiu em parte a ideia da inevitabilidade da independência e a falta de consciência da população, embora de certo modo valorizassem a participação popular nos acontecimentos da colônia desde final do XVIII (1997, p.19-20). Todavia, para esses autores "o 'povo', era oprimido e fazia 'barulho', porém, sua participação dava em nada: tinham pouca consciência do que ocorria ou agiam regionalmente", esses intelectuais apesar disso não consideravam os populares como incivilizados (RIBEIRO, 1997, p.20). O destaque agora era para a política encarando-a como um processo embasado por fatores de ordem econômica e social, dessa forma o foco era compreender os acontecimentos no contexto mais amplo da crise do absolutismo e das lutas liberais e nacionalistas que aconteciam na América e Europa desde o final do século XVIII (PIMENTA, 2009, p.62; RIBEIRO, 1997, p. 19). Um dos principais intelectuais desse período é Caio Prado Júnior em sua obra de 1933 "Evolução política do Brasil", conforme explicita Pimenta a independência "é vista como uma revolução – isto é, um movimento profundamente renovador" (2009, p.62). Desse modo, Prado Júnior orientado pela análise marxista da luta de classes concebe a independência como a oposição de interesses entre portugueses e brasileiros, indo até 1850 aproximadamente essa oposição quando a partir daí os brasileiros teriam se consolidado, então como discorre Pimenta para o autor a independência "seria, então, no

seu conjunto, uma 'revolução conservadora' " (PRADO JR, 1933, cap.III; 2009, p.62-63). No entanto, em seu livro de 1942 "Formação do Brasil contemporâneo" Prado Júnior procurava compreender as razões do atraso brasileiro, embora o caráter da Independência não seja explicitado, o autor pontua negativamente as heranças coloniais legadas ao Brasil dizendo que estas são desagregadoras, constituindo um empecilho ao pleno desenvolvimento nacional e que não foi removido no processo de Independência, mas que deveria ser descartada em algum momento do futuro (PRADO JR, 1942; PIMENTA, 2009, p.63).

As décadas de 1960 e 1970 com o contexto marcado pela realidade da ditadura militar iniciada em 1964, de acordo com Pimenta o exercício de voltar-se para o passado brasileiro com os olhos no presente impunha aos estudiosos o desafio de compreender e transformar a realidade tenebrosa, assolada pela contração das forças progressistas em geral (2009, p.63). Nessa lógica, o termo revolução "adquiria vários sentidos: de direita, de esquerda; de projeto a ser negado ou encampado; portador de uma utopia de futuro ou de uma frustração histórica; de legitimação do governo militar ou de oposição a ele" (PIMENTA, 2009, p.63). Assim, a principal novidade inaugurada nessa época pelos estudiosos é "a construção de um amplo consenso de que a Independência se inseriu em um panorama mundial de variadas e assimétricas transformações políticas que, juntas, formam uma unidade histórica", ou seja, não foi um movimento isolado do resto do mundo (PIMENTA, 2009, p. 64-65; PIMENTA, 2020).

Dentre as várias contribuições de vários autores e autoras das décadas de 1960 e 1970 é relevante destacar os estudos de Emília Viotti da Costa que foi fortemente influenciada por Caio Prado Júnior (PIMENTA, 2009, p.65). Conforme Ribeiro descreve Viotti da Costa resgata a participação dos escravizados e dos chamados homens livres "de cor" atribuindo-lhes uma face da revolução, mesmo que tivesse alguns posicionamentos relacionados aos autores da década de 1930 (RIBEIRO, 1997, p.21). Assim, para a autora "a independência foi uma 'revolução' com finalidades e perspectivas contraditórias", isto é, para negros e mestiços a independência foi uma luta contra os brancos e seus privilégios, para os despossuídos foi uma subversão da ordem, quer dizer, uma promessa de eliminação das barreiras de cor e da possibilidade de se emanciparem, porém os estudos de Viotti da Costa não estavam preocupados na atuação popular especificamente (RIBEIRO, 1997, p.21-22).

## II. AS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Trataremos agora sobre as guerras de independência do Brasil e a participação popular

analisando um caso específico: a independência da Bahia. Para muitos o processo de independência do Brasil ocorreu quando D. Pedro I, o príncipe regente, decidiu permanecer no Brasil, descumprindo assim as determinações impostas pelas Cortes de Lisboa (SILVA, 2017, p.63). Então, em 7 de setembro de 1822 se daria o famoso episódio no qual D. Pedro I declara a independência do Brasil às margens do rio Ipiranga devido às pressões das cortes de Lisboa em transportar forçosamente à família do príncipe regente para Portugal a fim de que jurassem a constituição portuguesa (SILVA, 2017, p.63). No entanto, é preciso desconstruir essa imagem tão comum de que o processo de independência nacional se deu de forma pacífica e sem resistência (PIMENTA, 2020). Nesse período, o Brasil era uma pluralidade de espaços não existindo um sentimento de nação brasileira ainda, este foi sendo construído ao longo do período imperial, posto isso o que existiam eram províncias e algumas delas não aderiram de imediato ao império do Brasil (PIMENTA, 2020; SILVA, 2017, p.61-62). Sob esse aspecto, houve guerras principalmente no norte do país e uma intensa participação da população em defesa de ideias como a liberdade e a autonomia, segundo Ribeiro, "imaginem o quanto de sonho despertava em escravos, livres pobres, libertos e imigrantes miseráveis a discussão da liberdade" (RIBEIRO, s.d., p.2 ; SILVA, 2017, p.61).

Nessa perspectiva, começaremos pelo caso da Bahia. De início é preciso ressaltar que havia um certo interesse luso após a proclamação da emancipação em manter parte do seu território na província da Bahia, visto que era a localidade na qual grande parte dos navios e um agrupamento terrestre militar português estavam estacionadas (ORIÁ, 2015, p.7; SILVA, 2017, p.67). De acordo com Silva, D. João VI depois da independência pretendia de certo modo manter o eixo norte-nordeste brasileiro subordinado ao reino português e o sul-sudeste seriam parte do Império do Brasil, porém não foi isso que ocorreu pois tanto brasileiros quanto portugueses se envolveram em conflitos violentos para defenderem que queriam continuar a fazer parte do Brasil como se conhecia (2017, p.67).

O conflito baiano começou na verdade em 18 de fevereiro de 1822 quando foi nomeado o brigadeiro português Inácio Madeira de Melo para o cargo de governador ao invés do brigadeiro brasileiro Manoel Pedro que era apoiado pela elite baiana e também pelas tropas (SILVA, 2017, p.67). Então, ocorreu um conflito armado por conta da recusa da substituição de Madeira de Melo, gerando revolta na população, Câmara e muitos militares baianos, porém foram derrotados depois de 3 dias de embates e foram obrigados a fugir (KRAAY, 2009; SILVA, 2017, p.67). Somente em 17 de junho D. Pedro depois de receber notícias sobre a situação caótica da província baiana

resolve intimar Madeiro de Melo a deixar o Brasil e pede que os baianos lutem contra as ordens impostas pelo brigadeiro português (SILVA, 2017, p.67-68). A partir daí, aconteceu uma articulação entre os grandes senhores de engenho do Recôncavo e constituiu-se o chamado Exército Pacificador o qual era composto “de soldados e milicianos que haviam deixado Salvador após a derrota, milicianos locais e batalhões provisórios organizados por baianos patriotas, que lutavam contra os portugueses, a favor da Independência” (KRAAY, 2009).

Segundo Kraay, quando D. Pedro I foi declarado imperador Salvador ainda estava nas mãos dos portugueses, sendo assim o monarca declara apoio aos patriotas baianos chegando a enviar materiais bélicos, tropas e o oficial francês Pedro Labatut que era um militar com experiência nas guerras napoleônicas e hispano-americanas, além de mandar tropas das províncias de Pernambuco e Paraíba (2009). De acordo com Oriá, o conflito na Bahia durou cerca de um ano e cinco meses tendo mobilizado um grande número de pessoas inclusive de camadas populares e escravizados (2015, p.7; SILVA, 2017, p.68). Assim, pode-se dizer que a guerra teve duas fases: a primeira foi a do conflito conforme Silva aponta foi “caracterizada pelo uso da tática de guerrilha e conhecida como ‘Guerra Regional’, durou desde os embates em Cachoeira até outubro de 1822, sob o comando do tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho” (2017, p.68); e a segunda pode ser chamada de “Guerra Nacional” indo até os acontecimentos da substituição do general Labatut pelo coronel Joaquim José de Lima e Silva que ocorreu em maio de 1823 (SILVA, 2017, p.69-70).

À princípio região de Pirajá foi transformada em um arraial o qual concentrava a principal parte da resistência baiana e reunia tropas de diversas regiões da província (SILVA, 2017, p.68). Os portugueses tinham como objetivo o cercamento de Salvador para impedir o recebimento de mantimentos dos rebeldes visando aumentar o controle sobre as regiões interioranas onde existiam “focos de resistência dos ‘patriotas’ como ficaram conhecidos os brasileiros” (SILVA, 2017, p.68). Como indica Silva “Pirajá estava começando a dar dor de cabeça aos portugueses”, diante disso no dia 14 de julho chegam os reforços provenientes do Rio de Janeiro: 200 soldados negros, os chamados libertos do imperador provenientes da corte, 700 soldados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, uma artilharia comandada pelo major José de Barros Falcão de Lacerda, 200 soldados da Paraíba e o general francês Pierre Labatut que ao longo da sua trajetória pelo Nordeste alcançou finalmente a Bahia obrigando o brigadeiro português Madeira de Melo a se render (2017, p.69). No entanto, Madeira de Melo não aceitou a ordem de rendição de Labatut e respondeu ao ataque invadindo Pirajá (SILVA,

2017, p.69). Apesar de o brigadeiro lusitano ter ordenado o ataque ao acampamento baiano em Pirajá os patriotas no dia 8 de novembro venceram a batalha, mas não sem dificuldades (KRAAY, 2009).

Uma questão que foi considerada polêmica e causou desavenças na época foi quando Labatut propôs o recrutamento de escravizados para compor o exército Pacificador, prática inexistente nas tropas imperiais (KRAAY, 2009). Contudo, é necessário compreender primordialmente que esse recrutamento de escravizados “foi um esforço muito improvisado, que não ordenado nem regulado por decreto” (KRAAY, 2002, p.110-111). Obviamente, os senhores de engenho patriotas do Recôncavo não ficaram felizes com a proposta do general francês, porque temiam que seus cativos se aproveitassem da oportunidade para lutar por liberdade ou novos direitos (KRAAY, 2009). Todavia, Labatut após a batalha de Pirajá pede para recrutar “pardos e pretos forros” a fim de criar um batalhão de libertos (KRAAY, 2009). Ademais, Labatut recrutou e confiscou escravizados para o batalhão os quais pertenciam a senhores de engenho portugueses ausentes, ou seja, inimigos presumidamente, além de sugerir aos senhores que cedessem de maneira voluntária escravizados para ajudar na guerra (KRAAY, 2002, p.110-111; KRAAY, 2009). De acordo com Kraay, mesmo que Labatut solicitasse uma autorização formal para estabelecer o recrutamento, o Conselho Interino de Governo composto por poderosos senhores de engenho julgou a medida como perigosa e “queixou-se da criação de um ‘batalhão de negros cativos, crioulos e africanos’, preocupado com os boatos de que qualquer escravo que se oferecesse seria liberto” (KRAAY, 2002, p.110-111; KRAAY, 2009). Pouco tempo depois de ter feito tal sugestão Labatut seria forçado a abandonar o seu cargo - não só por questões ligadas ao recrutamento de cativos - por meio de um golpe pacífico e seria enviado ao Rio de Janeiro para ser julgado, é fundamental ressaltar que ele não prometeu aos escravizados a liberdade caso servissem no Exército Pacificador (KRAAY, 2002, p.110-111; KRAAY, 2009). Isto é, a promessa de liberdade estaria implícita na proposta do general ou então era uma conclusão a que chegavam os escravizados, pois estes sabiam que a condição de um soldado os quais eram sempre homens livres era diferente da condição de cativos, visto que os escravizados eram considerados propriedades dos senhores, quer dizer, o recrutamento de escravizados tocava num ponto sensível para os senhores: o direito à propriedade (KRAAY, 2002, p.111-114; KRAAY, 2009).

No período de dezembro de 1822 a julho de 1823, a Ilha de Itaparica foi atacada pelos lusos resistindo através do apoio popular com fortificações e trincheiras no entorno, por consequência ocorreram muitas baixas do lado inimigo, Labatut avançou com o Exército Pacificador pelo interior da província



expulsando os portugueses e promoveu um cerco terrestre em Salvador (SILVA, 2017, p.70). À medida que Madeira de Melo percebe que estava perdendo o controle da situação na província declara estado de sítio na capital (MORGADO, s.d., p. 73-6; SILVA, 2017, p.70).

Com a destituição de Labatut, o brigadeiro José Joaquim de Lima e Silva assumiu o comando do Exército Pacificador (SILVA, 2017, p.70-71). Nesta fase, de acordo com Silva “a esquadra brasileira teve papel de destaque, com um cerco marítimo bem sucedido e a expulsão da frota portuguesa da costa baiana” (2017, p.70-71). Logo, no dia 20 de junho Madeira de Melo entrega Salvador, por conta das deliberações impostas pelo Conselho de Guerra, sofrendo com a falta de mantimentos e o ataque da esquadra de Cochrane, então no dia 2 de julho de 1823 o Exército pacificador entra na capital sob as ordens de Lima e Silva e tem-se fim a guerra na província baiana (SILVA, 2017, p.70-71).

Após a guerra de independência na província baiana José Joaquim de Lima e Silva consoante com Kraay “recomendou ao governo imperial que se tratasse de libertar o 'grande número de cativos' que serviam nas forças baianas” (2009). Desse modo, no dia 30 de julho uma ordem do Rio de Janeiro chega a província: o governo baiano deveria cuidar da questão da liberdade dos escravizados-soldados, ou seja, os senhores de engenho deveriam libertar os cativos que tinham servido no Exército Pacificador e os que não o fizessem por vontade própria receberiam uma compensação pecuniária, mantendo-se dessa forma o direito à propriedade e o princípio importante de que a alforria era privilégio exclusivo do dono do escravo (KRAAY, 2002, p.111; KRAAY, 2009). Outrossim, uma outra determinação requisitou que os escravizados-soldados fossem enviados ao Rio de Janeiro, porque a presença deles na província ameaçava de maneira perigosa a ordem escravista que estava tentando ser imposta novamente (KRAAY, 2009).

Ademais, os patriotas mobilizaram indígenas para à luta como demonstra Malerba no caso da arregimentação de populações indígenas nas proximidades de Salvador, o autor inclusive cita um exemplo dos chamados “caboclos” que era uma tribo nativa da região que tinha grande aversão a presença portuguesa (2006, p.320). Ao que tudo indica mulheres também participaram das guerras pela libertação da província baiana e elas não estavam alheias às questões políticas, por exemplo Kraay apontar que no ano de 1822 186 senhoras através de uma carta direcionada à Leopoldina declararam seu apoio à D. Pedro I (2015). Nessa perspectiva, focaremos em destacar as ações de 3 personagens femininas que participaram dos conflitos pela independência da Bahia: Joana Angélica, Maria Felipa e Maria Quitéria.

Joana Angélica de Jesus foi uma religiosa nascida no ano de 1761 em Salvador (LOPES, SILVA,

2014, p.6; MARINHO, 2014, p.9). Desde nova Joana Angélica demonstrou grande interesse pela vida religiosa, entrando aos 20 anos para o Convento da Lapa e após um ano torna-se Irmã das Religiosas Reformadas de Nossa Senhora da Conceição (MARINHO, 2014, p.9). Dentro do Convento, atuou em variadas funções como por exemplo, escritã (1797), vigária (1812-1814), abadessa (1815) e prelada (1819) (MARINHO, 2014, p.9). Na época das lutas pela emancipação da Bahia a religiosa ocupava o cargo de direção do Convento pela segunda vez quando os soldados portugueses no dia 19 de fevereiro invadiram o local, pois pensavam que as freiras estavam escondendo os patriotas e armas (LOPES, SILVA, 2014, p.6; MARINHO, 2014, p.9). Diante disso, Joana Angélica se pôs em frente a porta de entrada do claustro para tentar impedir que os lusos invadissem e atacassem o local, colocando-se como uma barreira (MARINHO, 2014, p.9). Assim, no dia 20 de fevereiro de 1822 Joana Angélica foi morta pelos soldados portugueses à baionetadas tornando-se posteriormente uma espécie de símbolo da crueldade lusitana no processo de independência baiano (KRAAY, 2015; LOPES, SILVA, 2014, p.6; MARINHO, 2014, p.9-10).

Comumente descrita como uma mulher negra alta, corpulenta, corajosa e provavelmente descendente de escravizados sudaneses Maria Felipa participou das lutas pela emancipação baiana liderando a resistência popular aos portugueses na ilha de Itaparica (SANTOS, 2014, p.30; SANTOS, 2010, P.108). Apresentou-se em junho de 1822 como voluntária na batalha contra a presença lusitana, atuando como enfermeira e líder de um contingente expressivo de mulheres e homens de diferentes classes e etnias (SANTOS, 2014, p.30; SANTOS, 2010, p.109). Assim, Maria Felipa e seu grupo organizaram o envio de mantimentos para o Recôncavo baiano mas também muitas mulheres participaram da resistência insular como “vedetas”, melhor dizendo, vigias nas praias a fim de prevenir o desembarque de tropas inimigas (SANTOS, 2014, p.30; SANTOS, 2010, p.108). Sob esse aspecto, Maria Felipa e suas seguidoras ajudaram a incendiar diversas embarcações, contabilizam-se por volta de 42, alguns exemplos são a Canhoneira Dez de Fevereiro incendiada em 1º de outubro de 1822 na praia de Manguinhos e a Barca Constituição inflamada em 12 de outubro de 1822 na Praia do Convento (SANTOS, 2014, p.30; SANTOS, 2010, p.109). Em 7 de janeiro de 1823, Felipa e cerca de 40 mulheres negras e indígenas armadas com peixeiras e galhos de cansaço realizavam a defesa das praias atacando os portugueses os quais tentavam invadir as localidades, e posteriormente colocaram fogo nas embarcações utilizando tochas de palha de coco e chumbo (KRAAY, 2015; REZZUTTI, 2018, p.113; SANTOS, 2014, p.30; SANTOS, 2010, p.109). Entretanto, pouco se sabe ainda acerca da figura de Maria Felipa, posto que

existem muitas dúvidas sobre a data de seu nascimento, se era escravizada liberta ou se já nasceu livre, porém esta última alternativa parece ser a mais provável segundo explica Santos “já que se ofereceu como voluntária para espionar as tropas portuguesas e pela sua liderança na resistência” (2010, p.109). De acordo com seu certificado de óbito Felipa morre em 1873 (SANTOS, 2010, p.109). Depois de passar mais de 180 anos esquecida pela história oficial da independência baiana, a trajetória e feitos de Maria Felipa estão sendo recuperados através de estudos sobre a tradição oral de Itaparica na qual a heroína negra da independência sempre permaneceu viva (KRAAY, 2015; SANTOS, 2010, p.108-109). De maneira elucidativa, Lucas Borges dos Santos expõe a importância do papel da heroína negra da independência para o processo de independência da Bahia o qual contou com uma participação popular intensa

“Maria Felipa de Oliveira é uma representação de como a comunidade itaparicana encara sua participação na Guerra de Independência. Seu caráter popular e aguerrido, suas atividades laborais – marisqueiras, no comércio de baleias, ganhadeira – sua identidade étnico-social – negra e pobre – fazem dela uma Heroína que agrega em si as características de um grupo que teve uma participação significativa no processo de libertação da Bahia, mas que permanece, sob vários aspectos, ignorado”. (SANTOS, 2014, p.31)

Por último, falaremos sobre Maria Quitéria uma personagem conhecida na atualidade pelo fato de ter se vestido de homem para lutar na guerra de independência baiana. Maria Quitéria de Jesus Medeiros nasceu em 1792 no sítio Licurizeiro em São José das Itaporocas, atual Cachoeira, na Bahia (SCHUMAHER, BRAZIL, 2000, p.472). Aos 9 anos sua mãe faleceu, tornando-se responsável por cuidar dos seus irmãos, foi criada pelo pai e aprendeu a montar, atirar e caçar, o que desagradou sua segunda madrastra que não considerava bom para a imagem de uma mulher na época ter tais habilidades (REZZUTTI, 2018, p.110). Então, no dia 6 de setembro de 1822 instalou-se na Vila de Cachoeira o Conselho Interino do Governo da Província com a finalidade de obter voluntários para lutarem no combate contra os portugueses, quando um desses emissários patriotas resolve visitar a fazenda do pai de Quitéria, Gonçalo Alves de Almeida, ele se recusa a contribuir com um dos seus 26 escravizados para a guerra (KRAAY, 2015; REZZUTTI, 2018, p.111). Desse modo, Quitéria solicitou ao pai que a deixasse participar do alistamento do exército, mas ele rapidamente respondeu que o papel das mulheres não era participar de guerras (FERRAZ, 1923, p.58; MOREIRA, 2014, p.34; PRADO, 2014, p.35; REZZUTTI, 2018, p.111).

“É verdade, que não tendes filho, meu pai. Mas lembrai-vos que manejo as armas e que a caça não é mais nobre que a

defesa da pátria. O coração me abrasa. Deixai-me ir disfarçada para tão justa guerra. Respondeu-lhe o pai: ‘Mulheres fiam, tecem e bordam; não vão à guerra’. (FERRAZ, 1923, p. 58)

Com a resposta negativa do pai, Quitéria foge para a residência da irmã casada e com a ajuda dela corta o cabelo e se veste de homem utilizando o nome do cunhado para se apresentar como o soldado Medeiros em Cachoeira (KRAAY, 2015; PRADO, 2014, p.35; REZZUTTI, 2018, p.111). Primeiramente iniciou sua carreira na praça de artilharia, depois vai para a infantaria e no final de 1822 já fazia parte do batalhão dos “Voluntários do Príncipe D. Pedro”. (KRAAY, 2015; LOPES, SILVA, 2014, p.7). No entanto, logo foi descoberta no exército, porque assim que fugiu de casa seu pai começou a procurá-la, contudo ele não conseguiu fazer com que ela fosse expulsa ou saísse, pois Quitéria tinha treinamento e era muito útil (KRAAY, 2015; LOPES, SILVA, 2014, p.7; REZZUTTI, 2018, p.111). Dessa forma, Quitéria combateu com o fardamento cheio de alguns toques femininos, consoante com vários documentos em 3 combates: na Bahia de Todos os Santos em Ilha de Maré, Barra do Paraguaçu e na cidade do Salvador na estrada da Pituba, Itapuã, e Conceição. Seu primeiro combate foi contra os lusos os quais tentaram atacar a esquadra brasileira, juntamente com o Batalhão dos Periquitos na estrada da Pituba em novembro de 1822 (MOREIRA, 2014, p.34). Posteriormente, entrou em combate em Itapuã em fevereiro de 1823 atacando e conseguindo vitória sobre uma trincheira de inimigos e conduziu prisioneiros ao acampamento, em abril de 1823 atuou na defesa de Foz do Paraguaçu com um grupo de mulheres guerreando contra uma embarcação portuguesa que queria atracar ali (MOREIRA, 2014, p.34-35). Em agosto de 1823 foi recebida por D. Pedro I e foi homenageada com a Ordem do Cruzeiro do Sul, tendo recebido também uma pensão vitalícia, na época Quitéria teria pedido ao Imperador para escrever ao seu pai solicitando que a perdoasse por tais feitos (KRAAY, 2015; PRADO, 2014, p.35; REZZUTTI, 2018, p.111). Sendo assim, é interessante ressaltar que se não fosse pela viajante inglesa Maria Graham não teríamos idéia do rosto de Maria Quitéria, visto que segundo Rezzutti “Graham recebeu um desenho de Maria Quitéria feito por um compatriota seu, Augustus Earle, que, de passagem pelo Brasil, a retratou”, quer dizer, em seguida Graham pede para imprimir a imagem da guerreira baiana em seu livro “Diário de uma viagem ao Brasil” o qual foi publicado em Londres em 1824 (REZZUTTI, 2018, p.111).

### III. CONCLUSÃO

Portanto, faz-se necessário desconstruir a ideia de que a independência do Brasil foi pacífica e que ela foi feita somente pelo que é denominado “grandes

heróis". Dessa forma, pretendemos explicitar com o exemplo da emancipação da Bahia que no território brasileiro existiram relutâncias de determinados grupos lusos em aceitar a permanência de D. Pedro I e a consequente separação de Portugal. No entanto, é preciso dizer que essa emancipação da Coroa lusa não foi inevitável, ou seja, não foi um simples resultado de uma crise estrutural do Antigo Regime (MALERBA, 2006, p.307; RIBEIRO, 1997, p.14). O exemplo da província baiana demonstra claramente que o povo brasileiro não era um mero espectador atônito do processo de independência como comumente se vê no famoso e difundido quadro de Pedro Américo "Independência ou Morte" (MALERBA, 2006, p.307). Nessa perspectiva, o caso baiano revela que homens e mulheres livres ou escravizados tiveram atuação intensa nas guerras pela libertação da Bahia, mostrando assim que os populares não estavam alheios às questões políticas da época. Os números dos conflitos na Bahia ainda não são exatos mas de acordo com Silva temos cerca de 750 mortos e 280 feridos do lado dos patriotas, um número aproximado de 2.500 feridos, 700 mortos e 300 capturados do lado português (2017, p.71). Diante disso, Pimenta indica uma questão muito interessante que é a do mito da pacificidade dos brasileiros que se faz presente até hodiernamente e isso acarreta uma série de impressões errôneas acerca da história nacional inclusive a do processo de independência, como o historiador fala "a violência é constitutiva da independência e por consequência da história do Brasil também" (2020).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FERRAZ, Brenno. *A guerra da independência da Bahia*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia, 1923.
2. KRAAY, Hendrik. "Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos": o "recrutamento" de escravos na guerra da independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*, [S.L.], v. 22, n. 43, p. 109-126, 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882002000100007>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882002000100007&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000100007&lng=pt&tlng=pt).
3. KRAAY, Hendrik. Livres como o país: Na Bahia, escravos se juntaram às tropas com a esperança de ganhar a liberdade. *Revista de História da Biblioteca Nacional: A guerra da Independência*, n. 48, set.2009. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160415125146/http://rhbn.com.br/secao/capa/livres-como-o-pais>.
4. KRAAY, Hendrik. A Independência delas: Na Bahia, a luta pela emancipação do Brasil mudou a vida de muitas mulheres, dentro e fora do campo de batalha. *Revista de História da Biblioteca Nacional: Mulheres em conflitos*, n.117, jun.2015. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160416034542/http://rhbn.com.br/secao/capa/a-independencia-delas>.
5. LOPES, Gabriella Assumpção da Silva; SILVA, Marcela de Oliveira Santos. "Heroínas bahianas": personagens femininas nas comemorações do centenário da independência da Bahia. In: DEMOCRACIAS E DITADURAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA SEÇÃO MATO GROSSO DO SUL, 12, 2014, Aquidauana. *Anais eletrônicos...* Aquidauana: 2014. p.1-10. Disponível em: [http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/38/1412131987\\_ARQUIVO\\_HeroinasBahianas\(1\).pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/38/1412131987_ARQUIVO_HeroinasBahianas(1).pdf).
6. MALERBA, Jurandir (Org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
7. MARINHO, Simone Ramos. Joana Angélica. *Revista Virtual Resgate da Memória: Dois de Julho*, Salvador, ano 1, n. 2, p. 9-10, Jul. 2014. Disponível em: [http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/842/1/RM\\_n02\\_Joana%20Ang%C3%A9lica.pdf](http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/842/1/RM_n02_Joana%20Ang%C3%A9lica.pdf)
8. MOREIRA, Neuracy Maria de Azevedo. Maria Quitéria. *Revista Virtual Resgate da Memória: Dois de Julho*, Salvador, ano 1, n. 2, p. 34-36, Jul. 2014. Disponível em: [http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/840/1/RM\\_n02\\_Maria%20Quit%C3%A9ria.pdf](http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/840/1/RM_n02_Maria%20Quit%C3%A9ria.pdf).
9. MORGADO, Sérgio Roberto D. Os combates de Pirajá e Itaparica. In: FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. *2 de Julho: a Bahia na independência nacional*. Salvador, BA: Fundação Pedro Calmon, s.d. p. 62-79.
10. ORIÁ, Ricardo. O que é que a Bahia tem? In: BRASIL. Câmara dos Deputados. *Dois de Julho: a independência do Brasil na Bahia*. Brasília, DF: Centro Cultural da Câmara dos Deputados, 2015. (Série Histórias Não Contadas, Caderno 2)
11. PIMENTA, João Paulo Garrido. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 2, n. 03, p. 53-82, 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/69>.
12. PIMENTA, João Paulo. *Independência do Brasil e seus legados*. Youtube, 29 de mar. 2020 (49 min. 30s.). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-yWg\\_7d4bgw&t=1510s](https://www.youtube.com/watch?v=-yWg_7d4bgw&t=1510s).
13. PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1933.
14. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.
15. PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2014, p.29-52.

16. REZZUTTI, Paulo. *Mulheres do Brasil: A história não contada*. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.
17. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. 1997. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280045>.
18. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Independência do Brasil revista*. Texto digitado. [S.l.]: [s.n.], s.d., p.1-2. Disponível em: [https://doc-04-b4-apps-viewer.googleusercontent.com/viewer/secure/pdf/7jpp8s07voadhhc7s8jg99b608p2alvg/6evoc7l3h8bvvin71jcia1pkj jdnqvn1/1606105275000/drive/07417394737542860327/ACFrOgDPsaH4lu54GZ5VjA9EQYeygyIH\\_4a-JpCseCGlo8y8wKobjjWHymbv0EQleg72QsFHZcTvby4yoHUPpyNUICsuVh3JyKktsPHG2dViKw2E2\\_OTCMsRxIRgbvkeoS19eh2FS2708Isi?print=true&nonce=7gipf7lhedec0&user=07417394737542860327&hash=6ltnkt5shoeia81ne46i20a4jfrtlurf](https://doc-04-b4-apps-viewer.googleusercontent.com/viewer/secure/pdf/7jpp8s07voadhhc7s8jg99b608p2alvg/6evoc7l3h8bvvin71jcia1pkj jdnqvn1/1606105275000/drive/07417394737542860327/ACFrOgDPsaH4lu54GZ5VjA9EQYeygyIH_4a-JpCseCGlo8y8wKobjjWHymbv0EQleg72QsFHZcTvby4yoHUPpyNUICsuVh3JyKktsPHG2dViKw2E2_OTCMsRxIRgbvkeoS19eh2FS2708Isi?print=true&nonce=7gipf7lhedec0&user=07417394737542860327&hash=6ltnkt5shoeia81ne46i20a4jfrtlurf).
19. SANTOS, Lucas Borges dos. Maria Felipa de Oliveira. *Revista Virtual Resgate da Memória: Dois de Julho*, Salvador, ano 1, n. 2, p. 30-33, Jul. 2014. Disponível em: [http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/841/1/RM\\_n02\\_Maria%20Felipa.pdf](http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/841/1/RM_n02_Maria%20Felipa.pdf)
20. SANTOS, Miriam. *Las Mujeres en la Independencia de América Latina: As mulheres nas lutas pela Independência do Brasil: contestando a História Oficial*. [S.l.]: CEMHAL, p.105-111, dez. 2010. Disponível em: <http://www.cemhal.org/5%20Mujeres%20Independencia%20%202010.pdf#page=106>.
21. SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (org.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 676 p.
22. SILVA, Rayanne Gabrielle. O processo de independência do Brasil na Bahia e no Piauí: guerra, resistência e vitória (1822-1823). *Contraponto: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, Teresina*, v. 6, n. 2, p. 61-77, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/7561>.